



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Correição Parcial nº 0002048-89.2016.9.26.0000 – Controle nº 443/16
(Processo-crime nº 76.635/16 – 4ª Auditoria Militar Estadual)

Recorrente: [REDACTED], Cb PM RE [REDACTED]

Advogado: Dr. Paulo Lopes de Ornellas – OAB/SP 103.484

Recorrido: Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

Vistos. Junte-se.

Insurge-se o recorrente, por meio de RECURSO EXTRAORDINÁRIO, com fundamento no art. 102, III, “a” da Constituição Federal, contra o v. acórdão de fls. 31/37, exarado nos autos da Correição Parcial nº 443/16, em que a Primeira Câmara deste Tribunal, à unanimidade de votos, deu parcial provimento, devendo ser realizado novo interrogatório do ora recorrente, ao final da instrução.

Nas razões de Recurso Extraordinário, arguindo a existência de repercussão geral, sustenta o recorrente que o *decisum* impugnado negou vigência aos artigos 5º, inc. LIII, e 125, § 5º, ambos da Constituição Federal, pois, em que pese aos crimes de roubo e ameaça serem de competência do juízo singular, e o outro delito (corrupção ativa), de ordem do E. Escabinato julgador, houve a realização conjunta da instrução criminal, dela toda participando o Juízo Colegiado, o que implica a violação ao princípio do juiz natural.

Assim, pugna pela anulação do feito *ab initio*, por haver sido processado e julgado por juízo incompetente no primeiro grau de jurisdição.

É o sucinto relatório. Decido.

A respeito da incompetência jurisdicional suscitada, oportuno se colacionar a ementa do v. acórdão (fl. 32):

“POLICIAL MILITAR – Correição Parcial – Instrução e julgamento de delitos conexos - Indeferimento de realização do interrogatório do réu ao final da instrução processual – Decisão do Supremo Tribunal Federal no HC 127.900 - Parcial provimento

1. A instrução conjunta não trouxe prejuízos ao recorrente, mesmo porque os delitos são conexos, supostamente

（三）在新民主主义時期，我們的社會主義思想已經開始發芽，但沒有得到充分的發揮。這就是因為當時的社會主義思想家們沒有能夠正確地認識到中國的社會形勢，沒有能夠正確地認識到中國人民的社會地位，沒有能夠正確地認識到中國人民的社會要求。

Chlorophyll a fluorescence and its relationship to photosynthesis

1950-51 ମାତ୍ରାକୁ ପରିବର୍ତ୍ତନ କରିବାକୁ ପରିଚାରିତ ହେଲା ।

卷之三

Der Kultus der Mutter ist aber erweitert und bereichert.
Er schafft nicht nur Freude, die von einem Stoff aus, sondern auch eine geistige Erweiterung
des Menschen. Der Kultus der Mutter ist ein Kultus des Lebens, der die Erneuerung und das Wachstum
im Menschen fördert. Er ist ein Kultus der Erfahrung, der die Erfahrung des Lebens und der Erfahrung
der Erfahrung des Lebens fördert. Der Kultus der Mutter ist ein Kultus der Erfahrung, der die Erfahrung des Lebens
und der Erfahrung des Lebens fördert.

and about the other two variables that a young adult
is fully entitled to either depend on, and enough to characterize the person

W. H. G. & Co., Ltd., London.

Além de um banco de dados, é necessário ter uma estrutura organizacional para gerenciar os dados.

2. *Geography* - natural & political. GEOGRAPHY
is divided into: physical methods of observation
and mathematical methods of investigation of geographical
phenomena. Mathematical geography includes:
geodesy, trigonometry, cartography, hydrography.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

praticados, quase concomitantemente, pelo mesmo agente. Princípio da economia processual. 2. Não tendo havido o julgamento uno, não há que se falar em violação do princípio do Juiz Natural. 3. Todavia, em vista da decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal no HC nº 127.900, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, e visando dar a máxima efetividade aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o acusado deve ser interrogado ao final da instrução do feito na fase judicial. 4. Recurso parcialmente provido”.

Observa-se, com isso, que a questão trazida à tona é eminentemente de direito e foi devidamente prequestionada, o que justifica a interposição.

Considerando que o exame do mérito do recurso é realizado exclusivamente pelo E. Supremo Tribunal Federal, órgão competente para apreciar as argumentações lançadas nos autos, deve ser admitida a irresignação neste ponto.

Ante o exposto, **admito** o Recurso Extraordinário.

Encaminhem-se os autos ao E. Supremo Tribunal Federal.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

São Paulo, 20 de janeiro de 2017

SILVIO HIROSHI OYAMA
Presidente